

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022
Bem-vindos, cooperados e comunidade.
Segundo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOCREDI-RURAL.
Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no ano. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.
Boa leitura!

1. Contexto Sicoob
Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas financeiras de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade
Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.
Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderentes aos diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa
O SICOOCREDI-RURAL é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades. Conheça um pouco do nosso Conselho de Administração e Diretoria:

Conselho de Administração:

Nome	Cargo
Rodrigo Ribeiro Carneiro	Presidente
Vanderval Lima Ferreira	Vice-Presidente
Antônio Pimenta Martins	Conselheiro
Armando Campos Guimarães Junior	Conselheiro
Michel Mekdessi Neto	Conselheiro
Rafael Martins Lima Silveira	Conselheiro
Monique Congo Freitas	Conselheiro
Tony Eduardo Teixeira Lavares	Conselheiro
Zenaida Furquim Guimarães	Conselheiro

Diretoria Executiva:

Nome	Cargo
Fabio Bellintani Iplinsky	Diretor Operacional

Ocirmar Furtado de Souza
Rayssa Nogueira Martins
Diretor de Negócios
Diretor de Controle e Riscos

4. Política de Crédito
Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidas que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.
Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 89,56% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa
A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.
Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.
A cooperativa possui ainda uma área de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, cujo objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos ou sistêmicos (SICOOB NOVA CENTRAL e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.
Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.
Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado pelo Centro Cooperativo Sicoob, homologado pela Central e aprovado pelo Conselho de Administração da Cooperativa Singular.
Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Central e Interno do Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.
A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.
Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Divulgação
A divulgação de informações sobre os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.
No exercício de 2022, o SICOOCREDI-RURAL registrou o total de 23 (vinte e três), manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, haviam elogios, reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a produtos como PIX, cartões e o aplicativo Sicoob Net. Das reclamações, 15 (quinze), foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

vidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito
O FSCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta em casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.
De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa
Data-base: 31 de dezembro de 2022. Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Resultados financeiros	65,39%	R\$ 242.366.979,43	R\$ 146.544.240,57
Patrimônio Líquido	43,53%	R\$ 1.138.865.625,56	R\$ 793.487.373,92
Ativos	12,22%	R\$ 2.420.545.029,52	R\$ 3.778.825.142,08
Depósitos na Centralização Financeira	-22,06%	R\$ 626.295.732,77	R\$ 803.547.894,08

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	59,07%	23.298	14.646
Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	-3,00%	R\$ 1.468.465.848,78	R\$ 1.513.928.731,95
Carteira Comercial	32,06%	R\$ 1.911.888.078,71	R\$ 1.447.739.359,14
Total	14,14%	R\$ 3.380.353.927,49	R\$ 2.961.668.091,09

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 14,46% da carteira, no montante de R\$ 489.959.463,69.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	31,72%	R\$ 553.902.515,99	R\$ 420.499.474,85
Depósitos a prazo	15,81%	R\$ 1.196.979.575,06	R\$ 1.033.585.132,03
LCA	80,86%	R\$ 452.142.632,60	R\$ 250.001.439,76
LCI	0,00%	R\$ 26.963.979,46	R\$ 0,00
Total	30,88%	R\$ 2.229.988.703,11	R\$ 1.704.086.064,64

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 36,20% da carteira, no montante de R\$ 833.878.647,68.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	43,97%	R\$ 1.106.208.458,88	R\$ 768.363.825,83

9. Agradecimentos
Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.
RIO VERDE-GO, 31 de dezembro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL Em Reais

Descrição	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		4.240.545.029,52	3.778.825.142,08
DISPONIBILIDADES	4	29.168.689,13	20.955.863,63
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.368.447.917,17	3.785.533.432,16
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	253.389.201,16	10.061.519,67
Títulos e Valores Mobiliários	5	58.016.019,97	-
Relações Interfinanceiras	4	626.295.732,77	803.547.894,08
Centralização Financeira		626.295.732,77	803.547.894,08
Operações de Crédito	6a	3.380.353.927,49	2.961.668.091,09
Outros Ativos Financeiros	7	50.393.035,78	10.255.927,32
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(220.014.860,28)	(103.432.854,34)
(-) Operações de Crédito	6b	(217.900.215,13)	(102.850.536,83)
(-) Outras	7.1	(2.924.645,15)	(582.317,51)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	4.802.481,26	4.949.960,32
OUTROS ATIVOS	9	22.881.638,02	989.821,99
INVESTIMENTOS	10	24.737,25	47.380.006,37
IMOBILIZADO DE USO COMUM	11	53.772.047,56	34.737.938,11
CONTÁBIL	12	3.532.440,41	2.889.898,41
(4) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(2.206.699,05)	(15.178.724,47)
TOTAL DO ATIVO		4.240.545.029,52	3.778.825.142,08
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.240.545.029,52	3.778.825.142,08
DEPÓSITOS	13	1.750.882.091,05	1.454.084.606,88
Depósitos à Vista		553.902.515,99	420.499.474,85
Depósitos a Prazo		1.196.979.575,06	1.033.585.132,03
RECURSOS DE APLICAÇÃO FINANCEIROS		1.246.206.780,00	1.465.980.656,99
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	479.106.612,06	250.001.439,76
Relações Interfinanceiras		561.355.142,82	835.574.400,74
Repasses Interfinanceiros	15	561.355.142,82	835.574.400,74
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	90.197.823,93	239.274.211,43
Outros Passivos Financeiros	16	115.547.201,25	141.130.605,02
PROVISÕES	17	12.817.895,87	8.086.209,46
OBRAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	11.085.241,24	4.669.335,66
OUTROS PASSIVOS	19	40.687.395,74	52.516.959,21
PATRIMÔNIO QUIDO	20	1.138.865.625,56	793.487.373,92
CAPITAL SOCIAL		693.443.427,55	490.271.678,43
RESERVAS DE SOBRAS		445.422.198,01	303.215.695,49
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.240.545.029,52	3.778.825.142,08

Descrição	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
DESCRIÇÃO				
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		158.479.776,51	289.580.659,73	170.926.157,21
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	29	(5.537.712,12)	(3.757.712,12)	(3.930.290,65)
Distribuição de Sobras e Dividendos	29	-	(2.122.960,83)	(464.254,11)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	41.707.832,74	66.507.151,31	52.752.501,73
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	2.612.358,24	3.875.204,32	2.198.592,76
Provisões/Reversões para Contingências	31	310.985,26	362.619,98	(1.431,02)
Atualização de Depósitos em Garantia	29	(88.258,37)	(104.736,24)	(1.659.551,13)
Depreciações e Amortizações	27	1.874.406,22	3.424.540,32	2.853.433,92
201.389.388,48		357.984.766,47	225.672.158,71	
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO (Aumento/Redução em Ativos Operacionais)				
Operações de Crédito				
Outros Ativos Financeiros				
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos				
Outros Ativos				
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista				
Depósitos a Prazo				
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos				
Relações Interfinanceiras				
Obrigações por Empréstimos e Repasses				
Outros Passivos Financeiros				
Provisões/Reversões para Contingências				
Atualização de Depósitos em Garantia				
Depreciações e Amortizações				
441.434.701,80		(368.135.743,35)	(1.038.066.227,46)	
(34.065.759,00)		(40.507.610,64)	(6.761.434,73)	
163.959.022,12		147.479,06	(2.982.808,49)	
(20.376.162,20)		(21.891.816,03)	34.475,91	
(89.043.111,05)		133.403.041,14	15.536.454,16	
(101.752.909,85)		163.394.443,03	395.964.266,11	
82.931.291,93		229.105.172,30	66.234.099,95	
100.147.479,78		(274.219.257,92)	648.070.590,57	
6.318.627,58		(149.076.387,50)	103.373.390,46	
113.793.464,02		(25.583.403,77)	(5.485.784,17)	
1.032.990,77		493.862,11	1.873.322,31	
10.166.766,53		5.727.054,22	2.297.411,01	
(14.471.767,60)		(18.354.392,41)	(11.084.995,59)	
(12.032.273,11)		(12.032.273,11)	(7.327.212,03)	
(2.084.026,99)		(2.084.026,99)	-	
(199.326.762,09)		(21.629.093,39)	388.761.709,80	
Distribuição de Dividendos Recebidos				
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos				
Aquisição de Intangível				
Aquisição de Imobilização de Uso				
Aquisição de Investimentos				
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos				
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos				
Aquisição de Intangível				
Aquisição de Imobilização de Uso				
Aquisição de Investimentos				
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital				
Devolução de Capital à Cooperados				
Estorno de Capital				
Distribuição de Sobras para Associados Pago				
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido				
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores				
Aumento no capital por incorporações				
Sobras/Perdas por incorporações				
Reversão/Realização de Fundos				
Outros Eventos/Reservas				
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período				
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período				
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa				
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Descrição	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Em Reais				
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		158.479.776,51	289.580.659,73	170.926.157,21
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	29	(5.537.712,12)	(3.757.712,12)	(3.930.290,65)
Distribuição de Sobras e Dividendos	29	-	(2.122.960,83)	(464.254,11)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	41.707.832,74	66.507.151,31	52.752.501,73
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	2.612.358,24	3.875.204,32	2.198.592,76
Provisões/Reversões para Contingências	31	310.985,26	362.619,98	(1.431,02)
Atualização de Depósitos em Garantia	29	(88.258,37)	(104.736,24)	(1.659.551,13)
Depreciações e Amortizações	27	1.874.406,22	3.424.540,32	2.853.433,92
201.389.388,48		357.984.766,47	225.672.158,71	
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO (Aumento/Redução em Ativos Operacionais)				
Operações de Crédito				
Outros Ativos Financeiros				
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos				
Outros Ativos				
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista				
Depósitos a Prazo				
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		</		

As Cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis
Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa
Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de perda de valor devido ao vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável, e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira
Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito
As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pré-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito
Constituída em montante líquido suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise de provisão para demandas judiciais e passivos contingentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia
Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos
Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso
Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2010, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, ou quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses
As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos
Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos
Ativos sob o regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos
Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões
São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes
São reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais
São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por direito.

u) Tributos
Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados não são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RJR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Anda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, com exceção das receitas previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante
No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados em ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment
A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas
São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de las pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Devido à natureza de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes
Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros
O SICOOB CRED-RURAL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e prazos em depósitos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos períodos finais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários (I)	29.168.689,13	20.955.663,63
Aplicações interfinanceiras de liquidez (II)	253.389.201,16	10.061.519,67
Relações interfinanceiras - centralização financeira (III) (nota 35.2.a)	626.295.732,77	803.547.894,08
TOTAL	908.853.623,06	834.565.077,38

(I) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria e terminal de autoatendimento) e em custódia na tesouraria centralizadora numerário em trânsito em poder da transportadora de valores para recolhimento, onde o excedente é depositado nas contas de reservas bancárias).

(II) Refere-se às aplicações em depósitos interfinanceiros no Banco Sicoob pós-fixadas com taxa de 101% do CDI. Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 foram respectivamente R\$54.028,97 e R\$373.504,05.

(III) Refere-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto à Central conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 foram de R\$11.252.814,45 e R\$36.140.696,92 respectivamente, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos.

5. Títulos e Valores Mobiliários
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Banco Sicoob (I)	Central (II)	Outros	Banco Sicoob (I)	Central (II)	Outros
Capital Social	2.570.093.433,82	424.362.529,56	7.044,54	2.110.226.464,68	160.629.452,30	7.044,54
Nº Ações do Banco Sicoob	13.496.012	-	-	11.337.143	-	-
Preferências	13.496.012	-	-	11.337.143	-	-
Percentual de Participação	1,07%	7,22%	-	1,02%	16,14%	-

Movimento das Participações

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2020	18.934.228,71	16.743.979,77
Aumento da Participação	2.487.399,05	8.249.328,40
Juros ao Capital (**)	-	933.290,65
Saldos em 31/12/2021	21.421.627,76	25.926.598,82
Aumento da Participação	5.969.225,66	4.660.448,18
Juros ao Capital (***)	-	31.077,01
Saldos em 31/12/2022	27.390.853,42	30.618.122,01

(*) O Valor de R\$ 933.290,65, refere-se à remuneração (100% da taxa Selic) do capital mantido na Central Sicoob Ltda, referente ao exercício de 2021.

(**) O Valor de R\$ 31.077,01, refere-se à remuneração (100% da taxa Selic) do capital mantido no Sicoob Nova Central, referente ao mês de dezembro de 2022 (período de Atribuição).

(III) São participações avaliadas a custo de aquisição em ações do Banco Sicoob.

(II) São participações avaliadas a custo de aquisição em quotas da Central.

A partir de 1/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2020.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

	31/12/2022		31/12/2021		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	699.628.910,04	377.522.884,05	1.077.151.794,09	398.844.409,24	204.545.192,19
Financiamentos	314.322.409,03	520.413.875,59	834.736.284,62	255.516.303,09	588.633.454,62
Financiamentos Rurais	1.097.314.138,65	371.151.710,13	1.468.465.848,78	1.212.467.399,29	301.461.333,66
TOTAL de Operações de Crédito	2.111.265.457,72	1.269.088.469,77	3.380.353.927,49	1.866.928.110,62	1.094.839.980,47
(I) Prov.p/ Operações de Crédito	(143.404.531,32)	(73.685.683,81)	(217.090.215,13)	(62.517.180,49)	(40.335.356,34)
TOTAL	1.967.860.926,40	1.195.402.785,96	3.163.263.712,36	1.804.310.930,13	1.054.506.624,13

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual / Situação de Risco	Empréstimo / Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA	Normal	121.439.322,22	46.307.952,22
A	0,5% Normal	400.910.778,32	242.101.548,44
B	1% Vencidas	2.509.307,46	1.556.032,94
C	3% Normal	334.772.280,90	476.962.295,58
C	3% Vencidas	6.035.927,47	535.927,72
D	10% Normal	53.768.987,86	33.628.296,92
D	10% Vencidas	19.164.810,34	11.210.813,48
E	30% Normal	10.008.853,35	3.120.869,76
E	30% Vencidas	6.652.122,77	790.586,76
F	50% Normal	16.086.761,97	1.210.913,20
F	50% Vencidas	2.924.631,96	96.567,22
G	70% Normal	1.941.655,71	-
G	70% Vencidas	11.919.447,79	3.482.363,47
H	100% Normal	48.020.118,89	8.411.671,10
H	100% Vencidas	40.996.788,08	5.320.420,81
Total Normal	986.948.759,22	811.743.547,22	1.460.162.965,36
Total Vencidas	90.203.034,87	22.992.737,42	3.302.893,42
Total Geral	1.077.151.794,09	834.736.284,62	1.463.855.858,78
Provisões	(135.382.694,87)	(39.473.897,69)	(423.233.622,57)
Total Líquido	941.769.099,22	795.262.386,93	1.040.622.236,21

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

	Até 90		De 91 a 360		Acima de 360		Total
Empréstimos e Títulos Descontados	233.345.841,60	466.283.068,44	377.522.884,05	1.077.151.794,09	-	-	2.147.302.878,18
Financiamentos	59.429.096,30	254.893.312,73	520.413.875,59	834.736.284,62	-	-	1.669.472.569,24
Financiamentos Rurais	110.995.715,67	986.328.422,98	371.151.710,13	1.468.465.848,78	-	-	2.937.661.797,56
TOTAL	403.760.653,57	1.707.504.804,15	1.269.088.469,77	3.380.353.927,49	-	-	5.451.709.858,90

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

	31/12/2022		31/12/2021		% da Carteira
Setor Privado - Comércio	11.934.081,29	4.869.519,06	-	-	16,803.600,35
Setor Privado - Indústria	2.731.819,28	-	-	-	2,731.819,28
Setor Privado - Serviços	377.789.704,11	301.752.959,85	45.871.271,73	726.013.935,69	21,46%
Pessoa Física	679.993.970,64	524.240.377,03	1.421.784.649,30	2.625.018.996,97	77,68%
Outros	4.702.218,77	3.873.428,68	809.927,75	9.385.575,20	0,28%
TOTAL	1.077.151.794,09	834.736.284,62	1.468.465.848,78	3.380.353.927,49	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	102.850.536,83	59.279.317,29
Saldo em Incorporação (3064)	60.393.039,01	-
Constituições/Reversões no período	63.689.585,25	52.345.072,90
Transferência para prejuízo no período	(9.842.945,96)	(8.773.853,36)
Saldo Final	217.090.215,13	102.850.536,83

f) Concentração dos principais devedores:

	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	45.667.841,29	1,35%	154.475.714,33	5,22%
10 Maiores Devedores	311.288.960,13	9,20%	451.300.380,12	15,42%
50 Maiores Devedores	854.713.605,97	25,27%	1.016.762.831,49	34,34%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	21.181.980,55	15.566.775,87
Saldo em Incorporação (3064)	10.531.505,12	-
Valor das operações transferidas no período (I)	1.811.702,01	8.773.853,36
Valor das operações recuperadas no período	(1.521.219,00)	(3.034.728,83)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	(123.919,85)
Saldo Final	41.282.734,46	21.181.980,55

(I) Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:
As operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um saldo devedor conformedemonstrado abaixo, compreendendo as composições de dívidas, obrigações, novações de créditos e concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

	31/12/2022	31/12/2021
--	------------	------------

Credores Diversos-Liquidação Cobrança	534.155,13	-	200.629,67	-
Outros Credores Diversos - País	6.889.114,63	-	97.884,26	-
Credores Diversos - País (IV)	2.193.614,66	-	-	-
TOTAL	80.687.395,74	-	52.516.959,21	-

(I) O grupo social e estatutário tem a seguinte composição:
 Descrição 31/12/2022 31/12/2021

	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras	5.719.970,45	-	4.052.209,98	-
Cotas de Capital a Pagar (a)	15.401.250,06	-	11.889.167,65	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	40.453.495,56	-	28.113.558,44	-
	61.574.716,07	-	43.854.936,07	-

(a) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.
 (b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se a saldo de conta salário, referente a prestação de serviço de pagamento de terço.
 (III) Refere-se a pagamento a efetuar de despesas com pessoal e despesas administrativas.
 (IV) Refere-se a valores não ajustados, mas ainda sujeitos a conciliação decorrentes das operacionalizações de produtos e serviços da instituição com seus associados.

20. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
 O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	693.443.427,55	490.271.678,43
Quantidade de Associados	23.298	14.646

b) Fundo de Reserva
 Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, destinação de 35% das sobras apuradas no exercício, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. No exercício de 2022 foi destinado para o fundo de reserva o valor de R\$670.086,98 referente aos saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos conforme previsto no Art. 17-D da Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022.

c) Reserva Estatutária - Fundo para Aumento de Capital
 Representado pelas sobras após as destinações legais conforme previsto no Estatuto Social. Conforme previsão estatutária, é destinada integralmente para aumento de capital, por ocasião das AGO anuais de prestação de contas.

d) Sobras Acumuladas
 As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Conforme previsto no Art.32 do Estatuto Social as sobras apuradas serão destinadas para o Fundo de Aumento de Capital.

e) Destinações Estatutárias e Legais
 A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação

	31/12/2022	31/12/2021
1. Sobra líquida na DSP	242.386.979,43	146.544.240,57
2. Reversões	(1.721.517,15)	-
2.1 Legais/Estatutárias	-	-
(+) Utilização do FATES (Treinamento, Eventos)	1.776.362,98	-
(-) Reversão de Rendas Não Operacionais para o Fundo de Reserva	(1.413.853,14)	-
(-) Transf. P/ FATES (Resultado com Atos Não Cooperativos)	(2.084.026,99)	-
3. Base de Cálculo das Destinações Legais (1+2)	240.665.462,28	146.544.240,57
4. Destinações Legais e Estatutárias	(96.256.184,91)	(58.617.696,23)
4.1 Fundo de Reserva	(670.400,90)	(670.400,90)
35% das Sobras (art. 34 inc. I) Estatuto	(84.225.911,80)	(51.290.484,20)
4.2 FATES	-	-
5% das Sobras (art. 34 inc. II) Estatuto	(12.032.273,11)	(7.327.212,03)
5. Sobras após destinações Legais (3+4)	144.387.277,37	87.926.544,34
6. Reversões	-	685.837,84
6.1 Legais/Estatutárias	-	685.837,84
(-) Utilização do FATES (Treinamento, Eventos)	-	685.837,84
7. Sobras reversões (5+6)	(144.387.277,37)	88.612.382,18
8. Destinações	(144.387.277,37)	(88.612.382,18)
8.1 Fundo para aumento de capital art. 32 do Estatuto	(144.387.277,37)	(88.612.382,18)

f) Perdas Acumuladas de Cooperativas Incorporadas
 Em 12/2022 o Sicoboo Credi-Rural incorporou a Cooperativa Sicoboo Goianina, as perdas acumuladas apuradas na incorporação foram de R\$30.983.444,70. As perdas rateadas no valor de R\$30.983.444,70 foram cedidas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), através de contrato de cessão de crédito com prazo de 10 anos.

O pagamento do fundo será realizado anualmente (após a AGO) com as sobras e juros sobre o capital a partir do exercício de 2022.

O repasse onduo das demissões ocorrerá até o dia 30 do mês subsequente ao desligamento do associado.

Após o decurso do prazo de 10 (dez) anos, o SICOOB NOVA CENTRAL (Interveniente Garantidora) se torna obrigada a realizar a compra dos créditos que ainda não estiverem sido recuperados, de forma automática e compulsória, independentemente da promoção de qualquer medida judicial ou extrajudicial para cobrança dos créditos.

g) Juros ao Capital Próprio
 A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

No exercício de 2022, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$40.804.858,49 equivalente a 5,97% da variação da SELIC.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos
 São classificados como atos não cooperativos os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Sobras líquidas antes do IR e CSLL	243.055.831,49	146.544.240,57
(-) Resultado com Atos com Associados	(270.246.090,49)	(133.783.548,54)
(-) Outras Deduções (Conforme RES. 129/16 E RES. 145/16)	(50.300.100,96)	(11.605.458,71)
Base de Cálculo da Apuração do IRPJ	(27.190.260,70)	1.155.233,32
(+) JCP	40.804.858,49	-
(-) IRPJ	(419.016,31)	-
(-) CSLL	(269.835,05)	-
(-) Outras Deduções (Conforme RES. 129/16 E RES. 145/16)	(10.046.203,62)	-
(=) Atos com não Associados antes do (PIS, COFINS e ISSQN)	2.879.542,81	1.155.233,32
(-) PIS	(17.488,63)	(117.477,40)
(-) COFINS	(107.622,29)	(986.014,21)
(-) ISSQN	(670.400,90)	(670.400,90)
Sobras/Perda Atos com não associados	2.084.026,99	(415.653,82)

22. Receitas de Operações de Crédito

	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	810.834,82	1.567.911,00	716.136,78
Rendas de Empréstimos	140.660.460,79	174.509.638,80	90.349.971,74
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	4.846.904,91	8.228.468,16	4.415.763,53
Rendas de Financiamentos	93.447.127,79	176.787.072,24	106.218.392,73
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	50.300.100,96	52.462.206,10	80.162.748,48
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	2.157.919,06	6.199.319,96	5.309.750,67
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	11.506.873,30	29.501.308,36	26.597.031,88
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	41.167.775,23	85.277.911,75	13.696.618,33
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	544.548,49	1.521.219,00	3.028.749,05
TOTAL	309.972.544,45	546.035.055,37	310.495.153,19

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Captação (nota 13b)	(112.639.636,50)	(199.650.705,41)	(59.392.326,69)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (nota 15)	(33.732.934,94)	(66.574.694,29)	(34.979.816,64)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	42.304.061,58	90.717.212,92	48.324.798,67
Reversões de Provisões para Outros Créditos	235.483,19	289.606,03	74.778,74
Provisões para Operações de Crédito	(82.375.784,13)	(154.406.798,17)	(100.238.045,58)
Provisões para Outros Créditos	(1.871.593,38)	(3.107.172,09)	(1.974.033,56)
TOTAL	(188.080.464,18)	(332.732.551,01)	(147.125.245,06)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	1.706.355,66	3.244.823,24	3.338.447,86
Rendas de Convênios	175.645,01	350.602,09	314.983,60
Rendas de Comissão	5.897.080,24	10.801.028,58	13.259.498,61
Rendas de Cartões	1.956.353,66	3.504.976,21	2.735.116,28
Rendas de Outros Serviços	628.854,94	1.220.507,38	951.195,46
TOTAL	10.364.289,51	19.121.937,50	20.599.241,81

25. Rendas de Tarifas

	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	73.291,70	73.291,70	-
Rendas de Serviços Prioritários - PF	527.354,00	1.073.184,50	1.088.912,77
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	11.562,20	19.626,30	96.808,73
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	619.231,15	1.052.587,85	753.126,64
TOTAL	1.231.439,05	2.218.690,35	1.938.848,14

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(83.880,10)	(146.277,16)	(173.923,67)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.646.272,03)	(3.017.165,67)	(2.803.782,43)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.787.739,44)	(6.566.193,66)	(4.201.633,14)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(4.496.250,06)	(8.021.781,26)	(5.831.837,01)
Despesas de Pessoal - Proventos	(12.378.066,59)	(22.204.332,64)	(14.975.912,86)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(22.968,00)	(34.806,97)	(10.918,25)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(142.920,41)	(280.959,27)	(245.975,58)
TOTAL	(22.558.096,63)	(40.271.516,63)	(28.245.982,94)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(444.048,69)	(1.025.638,26)	(982.304,12)
Despesas de Aluguéis	(1.372.838,34)	(2.493.227,18)	(1.507.973,53)
Despesas de Comunicações	(1.476.554,38)	(1.462.703,98)	(1.384.650,06)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(322.985,39)	(685.909,32)	(485.427,70)
Despesas de Material	(371.624,13)	(632.410,66)	(476.951,38)
Despesas de Processamento de Dados	(1.546.358,64)	(2.912.114,95)	(2.210.119,15)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.478.124,78)	(1.248.632,11)	(1.248.591,45)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.211.574,43)	(373.094,94)	(228.980,83)
Despesas de Seguros	(395.677,39)	(807.522,17)	(452.727,72)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.975.243,71)	(5.241.573,12)	(4.155.136,11)
Despesas de Serviços de Terceiros	(402.882,94)	(744.495,97)	(745.903,14)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.523.011,90)	(2.997.252,93)	(2.097.689,17)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.337.290,64)	(2.189.063,50)	(1.556.571,45)
Despesas de Transporte	(1.421.504,95)	(2.952.636,44)	(2.559.979,78)
Despesas de Viagem no País	(274.060,17)	(423.762,48)	(247.044,50)
Despesas de Representação (nota 12)	(103.489,21)	(470.622,99)	(174.762,74)
Despesas de Representação (nota 11)	(1.770.917,01)	(3.235.556,86)	(2.461.642,75)
Outras Despesas Administrativas	(3.622.157,60)	(7.638.960,45)	(5.597.002,74)
Emolumentos Judiciais e Cartórios	(268.181,05)	(548.456,15)	(280.332,43)
Copa/Cozinha	(68.253,50)	(127.931,41)	(84.539,96)
Lanches e Refeições	(155.160,56)	(273.554,08)	(187.707,98)
Uniforme e Vestuários	(41.191,33)	(124.191,60)	(56.000,94)
Contribuição a OCE	(103.552,54)	(211.389,29)	(174.762,74)
Ratificação de Despesa da Central	(2.211.574,43)	(4.370.622,99)	(3.710.638,98)
Ratificação de Despesa do Sicoboo Conf.	(491.021,46)	(938.223,93)	(698.002,83)
Outras Despesas Administrativas	(283.222,49)	(445.065,82)	(405.016,88)
TOTAL	(20.267.644,58)	(38.473.541,38)	(28.791.486,75)

28. Dispêndios e Despesas Tributárias

	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(66.866,61)	(160.062,01)	(118.772,96)
Disp. Impostos S/ Serviços - ISS	(367.960,98)	(670.404,30)	(773.394,33)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(68.115,55)	(121.201,41)	(66.014,81)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(118.917,31)	(224.215,94)	(258.875,77)
TOTAL	(611.914,45)	(1.162.305,14)	(1.837.057,87)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	131.619,73	316.535,77	394.885,73
Dividendos	-	2.122.960,83	464.254,11
Atualização Depósitos Judiciais	58.258,37	104.736,24	1.659.551,13
Reversões de Provisões Interfinanceiras	1.468.636,40	2.101.922,99	1.706.416,99
Outras Rendas Operacionais	937.268,24	1.655.458,84	1.497.143,40
Rendas oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	2.840.466,87	4.941.809,77	2.935.092,24
Juros ao Capital Recebidos da Central	3.537.712,12	3.537.712,12	933.290,65
TOTAL	8.969.961,73	15.989.406,56	9.900.833,87

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(248.404,78)	(287.058,70)	(3.819,10)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(4.209,40)	(7.444,40)	(6.748,00)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(205.813,14)	(741.763,08)	(374.749,89)
Perdas - Fraudes Externas	(96.755,25)	(96.755,25)	(29.021,00)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(3.284,21)	(3.284,21)	(3.000,00)
Perdas - Práticas Inadequadas	(10.971,39)	(19.451,39)	(7.101,18)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	(6.361,59)	(39.535,01)	(1.430,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(3.606,48)	(8.869,16)	(437,73)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(1.201,41)	(

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de

juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

Rio Verde - GO

Kadmo Ribeiro Carneiro
Presidente do Conselho de Administração

Ocimar Furtado de Souza
Diretor de Negócios

Fábio Bellintanilpinsky
Diretor Operacional
Bruno de Oliveira Borges
Contador CRC GO 25.074/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

<p>São Paulo Cooperativa Totens Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.009 04143-011 - São Paulo - SP - Brasil</p> <p>Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural Rio Verde/GO</p> <p>Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Outros assuntos</p> <p><i>Auditoria dos valores correspondentes</i></p> <p>As demonstrações financeiras da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 24 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem</p>	<p>modificação sobre essas demonstrações financeiras.</p> <p>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor</p> <p>A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.</p> <p>Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras</p> <p>A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente 	<p>se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p style="text-align: right;">São Paulo, 01 de março de 2023.</p> <p style="text-align: right;">ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-2SP034519/O</p> <p style="text-align: right;">Wanderley Fernandes de Carvalho Neto Contador CRC- 1SP300534/O-8</p>
--	--	--

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano, Sicoob Credi-Rural, no cumprimento às disposições legais e estatutárias e relativamente às demonstrações financeiras e contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresenta o seu parecer à Assembleia Geral, nos seguintes termos:

Examinamos o relatório e as demonstrações financeiras e contábeis pertinentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 apresentadas pela Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural e, também, consideramos: os resultados do acompanhamento sistemático; as reuniões de verificação realizadas por este Conselho no decorrer do referido exercício; as informações e esclarecimentos recebidos da administração no decorrer do exercício; o relatório da área de Controle Interno; e, o relatório e opinião da Ernst & Young – Auditores Independentes S/S Ltda, datado de 01 de março de 2023.

Neste contexto, concluímos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião. As demonstrações financeiras e contábeis acima referidas apresentam adequadamente, nos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano, Sicoob Credi-Rural em 31 de dezembro de 2022, motivo porque opinamos pela sua aprovação.

Rio Verde - GO, 02 de março de 2023

Henrique de Campos Citroni
Daniela Carvalho Giacomini
Adriano Popp

Carlos Roberto Marques Júnior
Kathleen Van Den Broek
Modesto Prado de Moraes Neto